

*Revista**de História de las Vegas Altas*

Junio 2013, nº 4, pp. 61-68

ALGUNS DOS USOS E LIMITES DA CLIOMETRIA**Carlos Manuel Faísca**cmsaff@gmail.com**Resumen Abstract**

O uso de sofisticados métodos quantitativos de origem econométrica, assim como o recurso à teoria económica no estudo da história económica, a partir da década de 1960, levantaram um intenso debate académico sobre as limitações que estas abordagens teriam à luz das particularidades do processo histórico. Embora este debate tenha tendido para a sua «pacificação», na historiografia portuguesa perdurou (e perdura?) até recentemente (Cardoso 2011, 488–494). Este trabalho parte precisamente de uma publicação da autoria do historiador português Fernando Rosas, analisando somente as principais críticas que este autor apresenta. Desta forma, muitos outros aspetos relacionados com a cliometria, e passíveis de uma séria reflexão historiográfica, são intencionalmente ignorados. São os casos do recurso à história contrafactual, do(s) método(s) como se constroem estatísticas retrospectivas e ainda da minuciosa crítica de fontes a que devem ser sujeitas as estatísticas produzidas coevamente. Na realidade, o uso da cliometria é um objeto de estudo que, do ponto de vista metodológico, pode ser perfeitamente tratado através de uma exaustiva monografia, mesmo que limitado ao caso português, não obstante a modesta disseminação da cliometria na historiografia económica nacional quando comparada com outros países.

PALABRAS CLAVES: Cliometria, Fernando Rosas, História.

The use of sophisticated quantitative methods of econometric origin, as well as the use of economic theory in the study of economic history, from the 1960s, have raised an intense academic debate about the limitations of these approaches have regard to the particular historical process. Although this debate has tended to its "pacification" in Portuguese historiography lasted (and lasts?) Until recently (Cardoso 2011, 488-494). This paper precisely part of a publication authored by the Portuguese historian Fernando Rosas, analyzing only the main criticisms that the author presents. Thus, many other aspects related to Cliometrics, and capable of a serious historical analysis, are intentionally ignored. Are the cases of the use of counterfactual history, the(s) method(s) as building statistics retrospective and still thorough critique of sources that should be subject to statistics produced coevamente. In fact, the use of Cliometrics is an object of study, the methodological point of view, can be perfectly handled through an exhaustive monograph, even if limited to the Portuguese case, despite the modest spread of Cliometrics in national economic historiography compared with other countries.

KEYWORDS: Cliometrics, Fernando Rosas, History.

ALGUNS DOS USOS E LIMITES DA CLIOMETRIA.

Carlos Manuel Faísca

Introdução.

O uso de sofisticados métodos quantitativos de origem econométrica, assim como o recurso à teoria económica no estudo da história económica, a partir da década de 1960, levantaram um intenso debate académico sobre as limitações que estas abordagens teriam à luz das particularidades do processo histórico. Embora este debate tenha tendido para a sua «pacificação», na historiografia portuguesa perdurou (e perdura?) até recentemente (Cardoso 2011, 488–494). Este trabalho parte precisamente de uma publicação da autoria do historiador português Fernando Rosas, analisando somente as principais críticas que este autor apresenta. Desta forma, muitos outros aspetos relacionados com a cliometria, e passíveis de uma séria reflexão historiográfica, são intencionalmente ignorados. São os casos do recurso à história contrafactual, do(s) método(s) como se constroem estatísticas retrospectivas e ainda da minuciosa crítica de fontes a que devem ser sujeitas as estatísticas produzidas coevamente. Na realidade, o uso da cliometria é um objeto de estudo que, do ponto de vista metodológico, pode ser perfeitamente tratado através de uma exaustiva monografia, mesmo que limitado ao caso português, não obstante a modesta disseminação da cliometria na historiografia económica nacional quando comparada com outros países.

Cliometria: definição e um pouco da sua História.

Cliometria é um termo que surgiu no início da década de 1960 (Tosh e Lang 2009, 273; Cardoso 2011, 494), no meio académico norte-americano, contando por isso com aproximadamente cinco décadas de existência. A este conceito está subjacente uma abordagem económica ao processo histórico, cujo ponto de partida é uma rigorosa especificação da hipótese de trabalho formulada a partir da teoria económica, à qual se segue uma exaustiva recolha de dados empíricos quantificáveis, tratados posteriormente através do recurso a métodos quantitativos de carácter econométrico (O'Brien 1977, 13; Cardoso 2011, 489–490). Procurou-se então introduzir na história económica métodos, conceitos e teorias derivados da economia, que, segundo os seus defensores, poderiam ultrapassar algumas das limitações dos métodos históricos tradicionais na análise das economias do passado (O'Brien 1977, 13). É muito provavelmente por este motivo que, desde o seu início, a cliometria foi também designada de «nova história económica» ou «história econométrica» (Fogel 1966; O'Brien 1977).

A entrada da cliometria no campo da história económica suscitou alguma controvérsia, tendo-se criticado o seu foco excessivamente económico que subalternizou demasiado a análise histórica em problemas que, situando-se no passado, são também objeto da história. Contudo, a abordagem cliométrica obteve um sucesso bastante significativo no seio da história económica, levando a que alguns autores tenham chegado a afirmar que esta substituiu por completo qualquer outro paradigma de investigação nesta área, tornando-se ela própria «a história económica» (Heckman 1997, 404). Ainda que nos Estados Unidos da América e, possivelmente, no espaço anglo-saxónico esta afirmação

possa estar relativamente próxima da realidade, tal não será o caso da historiografia económica de determinados países europeus como, por exemplo, Espanha, França, Alemanha e Portugal (Cardoso 2011, 495–496). No entanto, mesmo nestes países, assim como no caso concreto da Península Ibérica, é atualmente comum a existência de investigação cliométrica, sendo uma das suas manifestações mais evidentes a realização periódica de encontros científicos especificamente sujeitos a esta abordagem – os *Iberometrics* (1).

O crescimento das publicações de carácter cliométrico não esteve certamente dissociado de algumas correções que esta abordagem foi implementando (Greif 1997) e, conseqüentemente, do decréscimo do ceticismo em relação à cliometria de um maior número de historiadores internacionais; todavia, a historiografia económica portuguesa mantém ainda, como certamente outros historiadores de outros países mantêm, algumas reservas face a esta abordagem (Cardoso 2011, 488). Neste sentido, já no início do século XXI, Fernando Rosas (Rosas 2000, 14–16) publicou, na introdução de uma das suas obras, um texto em que critica duramente a utilização desta «nova história económica», a qual já contava, à data dessa publicação, com cerca de quarenta anos de prática a nível internacional e cerca de vinte anos no seio da historiografia económica portuguesa (Cardoso 2011, 494).

Uma crítica à cliometria.

Ao estudar a economia e a política económica do Estado Novo, Fernando Rosas critica as abordagens de carácter cliométrico. Segundo este autor, partindo de modelos "(...) *irredutíveis, quase sempre, a variáveis quantificáveis, à causalidade ou a abordagens monocausais (...)*" (Rosas 2000, 15), fruto da aplicação à história da teoria económica neoclássica, a «nova história económica» reduziu-se à simplificação das explicações "(...) *de tipo monocausal e reducionista (...)*" (Rosas 2000, 14), ignorando outro tipo de raciocínios e explicações fundamentados na análise de outros géneros de fontes não mensuráveis, nomeadamente, neste caso específico, de carácter político. Por outro lado, os trabalhos cliométricos reproduzem as limitações inerentes aos "(...) *pressupostos ideológicos de equilíbrio daquela escola económica [neoclássica] (...)*" (Rosas 2000, 15). Adicionalmente, a transposição de conceitos e modelos económicos formulados contemporaneamente para o passado trouxe a este tipo de estudos o pior dos pecados do historiador, o anacronismo. Este autor, embora de forma pouco expressiva, acaba ainda por estender o seu ceticismo às "(...) *realidades económicas dos séculos passados (...)*" (Rosas 2000, 15), depreendendo-se que as suas críticas não se aplicam somente à análise cliométrica da economia portuguesa durante o Estado Novo.

As críticas apontadas têm, evidentemente, legítimas preocupações historiográficas, pelo que algumas também têm sido notadas por outros autores, quer cronologicamente a jusante (Ramos 1988), quer a montante (Tosh e Lang 2009). Estas refletem, na minha opinião, alguns dos limites e riscos da cliometria sem que, no entanto, se possam aplicar sistematicamente ao trabalho cliométrico, sobretudo tendo em conta as alterações metodológicas que este tem sofrido desde meados da década de 1980 (Greif 1997), através do reforço da contextualização histórica, da diversificação das teorias económicas de onde partem os modelos teóricos com que são construídas as hipóteses, e da adap-

tação destas a um determinado contexto histórico.

Limites e avanços da Cliometria.

A cliometria obedeceu inicialmente ao quadro teórico, à época dominante na economia, da escola neoclássica (O'Brien 1977, 16; Greif 1997, 400). Como o seu método de trabalho pressupõe a construção de um problema a partir de um postulado teórico, a consequência foi a orientação da sua análise, de forma quase exclusiva, para o funcionamento dos mercados (Greif 1997, 400). Os cliometras procuraram então explicar as ocorrências económicas do passado a partir de modelos de mercados em que todas as variáveis eram quantificáveis. Assim, quando uma determinada variável se alterava, o seu efeito num sistema inteiro podia ser calculado. Foi este método de trabalho que produziu explicações baseadas num número reduzido de fatores e, por vezes, num só único, levando ao tipo de críticas que Rosas levantou em primeiro lugar.

Por outro lado, a cliometria afastou do seu estudo outras questões que tradicionalmente também eram abordadas pela historiografia económica e que se situam no âmbito da história institucional, social e cultural (Greif 1997, 401), ao que acrescentaria a história das mentalidades. Ou seja, a cliometria não teve devidamente em conta, por exemplo, o papel de importantes organizações que, mesmo situando-se aparentemente fora da esfera económica, tinham uma forte influência sobre esta, como são os casos do sistema judicial ou do cooperativismo, este último, ao que tudo indica, essencial na formação da indústria vitivinícola europeia (Faísca 2012). Associado a este problema surge também, de uma forma quase natural, a exclusão de importantes fontes documentais que, devido à sua ênfase qualitativa, esclarecem e informam o historiador precisamente sobre a ação de «agentes económicos» que não os mercados.

De facto, perante o cenário atrás descrito, as críticas apontadas à cliometria parecem justificar-se plenamente, pois esta estaria a simplificar em demasia realidades complexas, para as quais convergem diversos fatores, nem sempre mensuráveis com exatidão, estreitando desta forma a sua própria investigação. Porém, estes problemas parecem ter sido identificados pelos cliometras, ao mesmo tempo que estes compreenderam que não devem utilizar um único modelo teórico na análise de todos os aspetos económicos do passado (Greif 1997, 402).

Assim, atualmente, muitos dos trabalhos cliométricos consideram o impacto económico de fatores sociais, culturais e institucionais e, por vezes, estes são inclusivamente o seu objeto de estudo (Cardoso 2011, 493), sendo também habitual o recurso às fontes e à bibliografia «tradicional» (Whaples 1991, 294), o que resulta numa análise com recurso a métodos que não os cliométricos, sempre que o problema assim o requer (Cardoso 2011, 490). Simultaneamente, os cliometras não se restringem à modelação com base nos postulados neoclássicos, considerando outras teorias económicas e, sobretudo, vindo a realizar um esforço para adaptar o quadro teórico inicial às características de cada situação específica (Greif 1997, 402). Ou seja, a cliometria passou a preocupar-se mais com a contextualização histórica.

Este último ponto leva-nos a uma das principais críticas imputadas à cliometria e, consequentemen-

te, a um dos seus maiores riscos, o anacronismo (Ramos 1988, 35; Rosas 2000, 15; Tosh e Lang 2009, 267). Este perigo está especialmente presente neste tipo de abordagem porque, por um lado, são transportados para o passado conceitos e modelos económicos formulados contemporaneamente e, por outro, são relativamente comuns as análises cliométricas de longo prazo tendo por base sempre os mesmos pressupostos imutáveis.

No entanto, em relação ao primeiro aspeto, a verdade é que a historiografia no seu conjunto, e não apenas a económica, seja «tradicional» ou «cliométrica», transporta constantemente conceitos contemporâneos para procurar explicar o passado, visto que os seus produtores e leitores são contemporâneos. Assim, por exemplo, aplicar o conceito de proteção social à época Moderna é um tremendo anacronismo que Maria Antónia Lopes utiliza conscientemente, mas, como a autora nota, "(...) desde que se percebe que os vocábulos não existiam na época ou que os conceitos mudaram, é perfeitamente legítimo o seu uso." (Lopes 2010, 25). Não me parece então anacrónico que se aplique o conceito de elasticidade à oferta de cortiça no século XIX (Reis 1993) e, contrariamente à opinião de Fernando Rosas, não considero que seja inviável a utilização, por exemplo, do conceito de economia de escala aplicado à economia portuguesa do período do Estado Novo (Rosas 2000, 15), como ocorreu recentemente (Badia-Miró, Guilera, e Lains 2012), ou que a «medição» da produtividade setorial da economia portuguesa seja despropositada. Tratam-se precisamente de "(...) ferramentas de análise e nada mais (...)" (Lopes 2010, 25) que nos permitem retirar conclusões úteis sobre o funcionamento das economias do passado. Ora, concluindo um dos casos exemplificativos que referi, procurar determinar o ritmo do crescimento da produtividade no setor industrial é extremamente relevante para compreender parte do rápido crescimento económico português daquele período, tendo em consideração que se tratou de uma época de acelerada alteração estrutural da economia portuguesa, quando esta se transformou de essencialmente agrária para uma economia industrial e de serviços.

É evidente, como nota Rosas, que não eram estes os conceitos nos quais os agentes económicos e políticos baseavam as suas decisões (Rosas 2000, 16), não devendo o historiador económico restringir-se a estes quando investiga sobre este período histórico e, muito menos, quando procura analisar a orientação da política económica de então. Todavia, na minha opinião, este tipo de instrumentos de análise, embora baseados em conceitos contemporâneos, é, sem sombra de dúvida, extremamente profícuo para uma melhor compreensão do passado, da mesma forma que serão os conceitos formulados futuramente quando aplicados à nossa própria sociedade.

Quanto às análises de longo prazo, o historiador deve repetir um exercício de contextualização histórica sempre que justificável, pois tal como a nossa época é diferente das demais, estas também o são entre si. Assim, quando são construídos Índices de Preços no Consumidor (IPC) que pretendem analisar vários séculos de história económica europeia (Allen 2001), dever-se-ia considerar que os produtos consumidos certamente variaram ao longo deste período, procurando ajustar o IPC a essas alterações. Por outro lado, quando, a partir do quociente entre aquele indicador e os salários de trabalhadores assalariados, se faz uma análise global dos níveis de vida de uma sociedade (Allen,

Bengtsson, e Dribe 2005), deve notar-se que a representatividade social daquele tipo de trabalhadores variou consoante as épocas em análise.

Por último, nas críticas já referidas, sobressai a questão da causalidade. Neste ponto, é essencial que o historiador saiba distinguir quando é que a análise econométrica pode ser explanatória e quando é meramente descritiva (Tosh e Lang 2009, 280), particularmente sabendo-se que a existência de uma correlação forte entre duas variáveis quantitativas não significa, por si só, qualquer relação de causalidade (Feinstein e Thomas 2002, 72). Essa dedução só está ao alcance do historiador económico perante a sustentação de um sólido quadro teórico que a enquadre, no qual, tratando-se de uma análise histórica, o historiador económico deve utilizar também os métodos da história e os conhecimentos que ela produz (Tosh e Lang 2009, 271).

Conclusão.

A história económica, como o próprio nome indica, insere-se tanto no âmbito da história, como na economia, desaguando numa disciplina dual que deve aliar a análise histórica aos modelos e métodos da economia. A história económica, para ser considerada como tal, deve, na minha opinião, abordar uma problemática de tipo económico, sendo que neste ponto é essencial ao historiador económico uma construção concetual e teórica rigorosa derivada da economia, assim como o uso dos seus métodos (Sardica 1993, 259). Contudo, a precisão destes tende a esbater-se à medida que são confrontados com contextos históricos diferentes (Tortella 2002, XIII). Assim, devido ao carácter singular do processo histórico, a ausência ou a subalternidade da história em relação à economia poderá facilmente conduzir à produção sistemática de anacronismos e à exclusão de explicações de aspetos não quantificáveis e/ou não puramente económicos, mas que exercem uma forte influência, visto que a própria sociedade não é estanque, existindo significativas «interações setoriais».

Estes aspetos correspondem a uma grande parte das críticas levantadas por Fernando Rosas, e aqui discutidas, à abordagem cliométrica, estando a sua eliminação parcial ao alcance de uma correta análise histórica, com recurso aos métodos que a história habitualmente utiliza. A contextualização histórica, essencial no trabalho de qualquer historiador e de qualquer método ou abordagem histórica, torna-se, por estes motivos, ainda mais importante na cliometria.

A cliometria sofre também dos usos e das limitações da própria economia. O recurso exclusivo à teoria económica neoclássica é bastante limitador, sendo este um problema essencialmente da economia e não tanto da história.

Contudo, se a maioria destas críticas é legítima na forma como foi colocada, quer do ponto de vista historiográfico, quer da própria «ciência económica», na realidade parece que a cliometria já as vinha assimilando, pelo que procurou a sua correção desde há algum tempo. Todavia, o sucesso com que o fez é algo que apenas se poderá discriminar através de um estudo minucioso que se encontra fora do âmbito deste trabalho.

PIE DE PÁGINA

(1) O próximo encontro *Iberometrics*, intitulado *Iberometrics VI – Sixth Iberian Cliometrics*, realizar-se-á na Universidade de Zaragoza, nos dias 17 e 18 de Maio de 2013. A cidade de Lisboa foi a anfitriã do encontro “fundador”, em 2003, e do quarto, em 2009. Este último foi acolhido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

FUENTES UTILIZADAS

- Allen, Robert C. 2001. «The Great Divergence in European Wages and Prices from the Middle Ages to the First World War». *Explorations in Economic History* 38: 411–447.
- Allen, Robert C, Tommy Bengtsson, e Martin Dribe. 2005. *Living standards in the past : new perspectives on well-being in Asia and Europe*. Oxford; New York: Oxford University.
- Badia-Miró, Marc, Jordi Guilera, e Pedro Lains. 2012. «Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980». *Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History* 30 (02) (Setembro 7): 225–244. doi:10.1017/S0212610912000080.
- Cardoso, José Luís. 2011. «Entrevista a Jaime Reis». *Análise Social* 46 (200): 484–499.
- Faísca, Carlos Manuel. 2012. «Creating wine: the emergence of a world industry, 1840–1914». *Business History* (Setembro 11): 1–2. doi:10.1080/00076791.2012.716716.
- Feinstein, Charles H., e Mark Thomas. 2002. *Making History Count: a Primer in Quantitative Methods for Historians*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fogel, Robert William. 1966. «The New Economic History». *The Economic History Review* 19 (3): 642–656.
- Greif, Avner. 1997. «Cliometrics After 40 Years». *The American Economic Review* 87 (2) (Maio 1): 400–403. doi:10.2307/2950953.
- Heckman, James J. 1997. «The Value of Quantitative Evidence on the Effect of the Past on the Present». *The American Economic Review* 87 (2) (Maio 1): 404–408. doi:10.2307/2950954.
- Lopes, Maria Antónia. 2010. *Protecção social em Portugal na idade moderna : guia de estudo e investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- O'Brien, Patrick. 1977. *The new economic history of the railways*. London: Croom Helm.
- Ramos, Rui. 1988. «Os métodos quantitativos, a história e os historiadores». *O Estudo da História* 5: 30–40.
- Reis, Jaime. 1993. *O atraso económico português em perspectiva histórica : estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*. Lisboa: Impr. Nacional Casa da Moeda.
- Rosas, Fernando. 2000. *Salazarismo e fomento económico (1928-1948)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Sardica, José Miguel. 1993. «Recensão a Carlo Cipolla. (Recensão do livro «Entre la História Y La Economía - Introducción a la Historia Económica)». *Penélope* (9/10): 259–262.
- Tortella, Gabriel. 2002. *Introducción a la economía para historiadores*. 3a ed. Madrid: Tecnos.
- Tosh, John, e Sean Lang. 2009. *The pursuit of history*. Harlow: Longman.

- Whaples, Robert. 1991. «A Quantitative History of the Journal of Economic History and the Cliometric Revolution». *The Journal of Economic History* 51 (2): 289–301.